

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013 -
COMPLEMENTAR**

Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

Art. 19.

.....

§ 1º

.....

VII – as despesas com pagamento de professores, destinadas ao cumprimento do disposto na Lei nº 11.738, de 16 de junho de 2008 e realizadas com recursos oriundos das transferências a que se refere à Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os membros do Congresso Nacional, detentores das competências legislativas da União, quando elaboram uma nova lei o fazem dotados dos melhores propósitos. Cabe-lhes, adiante, promover nessas mesmas leis as alterações voltadas a lhes promover harmonia, de modo que o disposto em uma norma não constitua empecilho à realização do disposto em outro, igualmente orientada a realizar os melhores interesses públicos.

É o que ocorre, hoje, na relação entre três leis federais, todas elas imbuídas dos melhores propósitos: a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas fundamentais para o equilíbrio das finanças públicas e a saúde da economia brasileira; a Lei do Piso Salarial dos Professores, que estabelece normas para assegurar a esses profissionais uma remuneração condigna com a elevada responsabilidade de seu digno labor; e a Lei do FUNDEB, que determina a constituição de um fundo cujo objeto é, precisamente, o desenvolvimento da educação básica e a valorização dos profissionais de educação.

Ocorre que, presentemente, muitos municípios e mesmo alguns estados encontram-se diante de enormes dificuldades para cumprir, simultaneamente, o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre limite de gastos com servidores e a norma da Lei do Piso Salarial dos Professores que determina o aumento da remuneração desses profissionais.

O caminho que alvitramos para tentar solucionar esse imbróglio, ou, ao menos, apresentar uma proposta que contribua para essa solução, é, nesse passo, alterar a LRF para excluir dos limites referidos em seu art. 19 apenas e exclusivamente aqueles oriundos das transferências do FUNDEB e destinados ao pagamento da remuneração de professores e outros profissionais da educação.

Talvez não seja esta a solução definitiva da questão, mas estamos convencidos de que a adoção dessa medida contribuirá, ao menos por um bom período, para viabilizar o pagamento dos aumentos salariais dos professores sem que isso venha implicar desrespeito aos preceitos da responsabilidade fiscal.

Essas são as razões porque apresentamos o presente projeto, para cujo aperfeiçoamento e aprovação solicitamos a atenção dos eminentes Pares.

Sala das Sessões,

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA